

### *Rio + 20 versões*

Conferência das Nações Unidas para se refletir sobre desenvolvimento sustentável. Política internacional. Grande evento. “Feriado” para alguns. O Brasil no mundo... Enfim, foram inúmeras as versões dadas para o acontecimento “Rio + 20” na mídia nacional e internacional. A semana em que ocorreu a Conferência produziu grande repercussão na mídia assim como entre uma parcela considerável da sociedade. De alguma maneira o evento mobilizou a opinião pública, e mesmo que muitos desconhecessem o conteúdo da Conferência sabiam que um tema de importância política estava sendo discutido entre os dias 17 a 22 de junho, no Rio de Janeiro. Diariamente nos noticiários de grande circulação havia, ao menos, uma nota com as últimas informações sobre a Rio +20.

A questão aqui em debate poderia ser assim formulada: A Rio + 20 é um assunto de vertente política internacional – que, apesar de estar relativamente disseminado entre todos e se apresentar como um tema recorrente no cotidiano da sociedade, não ocupa comumente a pauta dos espaços midiáticos de amplo alcance. No caso da Rio + 20 foi o contrário. O que se nota, portanto, é que a mídia se mostra nesse campo um instrumento fundamental de aproximação entre a opinião pública e a política. O envolvimento é promovido em grande parte pelos interesses em se veicular a informação, que embora esteja carregada de significados e muita parcialidade por parte de quem divulga, pode ainda ser considerado um meio indispensável para romper o distanciamento da sociedade em relação aos assuntos de política.

Tal fato não muda a verdade que se materializa diante do olhar mais simplista, onde a opinião pública (sendo esta definida como o senso comum da população como um todo, e não apenas a camada elitizada da sociedade) muitas vezes não sabe o real significado do evento, mas recebe a informação; disso resulta prontamente o passo inicial para se comentarem os assuntos nas ruas. A partir disso, o foco muda. A grande pergunta passa ser outra: por que alguns assuntos sobre política internacional são

amplamente divulgados enquanto outros são “esquecidos”? Quem é responsável por determinar o que deve ou não deve ser divulgado?

São questionamentos relevantes se pensarmos a dimensão e o poder político que existem nas decisões que permeiam as perguntas anteriores e o quão isso influencia o posicionamento político geral da opinião pública. A Rio +20 foi um evento que promoveu o Brasil no âmbito internacional. Conferiu um caráter participativo ao modo como o governo brasileiro conduziu as discussões sobre a temática ambiental. Abrigar a Conferência das Nações Unidas mostra ao mundo que o Brasil está preocupado e disposto ao engajamento com a causa da sustentabilidade ambiental. Ao mesmo tempo foi um evento pelo qual o Brasil se mostrou para si mesmo. Diante dos novos desafios e eventos esportivos que estão programados no Brasil, como Copa do Mundo de futebol e Olimpíadas, por exemplo, a Rio + 20 foi, de certa forma, um grande evento que se apresentou em um momento oportuno. O evento foi (guardadas as devidas proporções) um meio de demonstrar para a sociedade como um todo que “estamos preparados”, e que o mundo tem acreditado no Brasil. Embora de natureza parcialmente distinta a Rio + 20, assim como os grandes eventos esportivos, gera projeção de capital simbólico. Tais eventos geram confiança, principalmente em âmbito doméstico onde ações visíveis tem um poder maior de comunicação do que propriamente os posicionamentos adotados nos processos multilaterais de negociação política.

Sendo assim, é de interesse do governo brasileiro que se engrandeça tal evento. Pode-se, portanto, pensar que a significativa divulgação da mídia e interesse em se promover o assunto esteja convergindo com os interesses do Estado, uma vez que a recepção desses eventos internacionais geram benefícios mútuos. Logo, ambos atingem ganhos de natureza econômica e social. É importante ressaltar também que a mídia de maior alcance no Brasil - a televisão – funciona a partir de um acordo de concessão que é negociado com o Estado. Esse aspecto só reforça a ideia de que ambos se favorecem quando os interesses convergem. É evidente que a natureza da temática (meio ambiente) é também um fator importante: falar de economia verde e de desenvolvimento sustentável faz parte de uma espécie de consenso amplo sobre como deveria ser a produção e o consumo. Não significa que seja, mas que deveria ser.

Por fim, não se poderia desconsiderar que a Conferência da Rio+ 20 trouxe a ocasião do debate. Espaço como a Cúpula dos Povos é oportunidade de incluir a

participação da sociedade civil, discutirem-se temas entre aqueles que estão mobilizados acerca da temática. Contudo, a lacuna entre a sociedade e o sistema institucional ainda persiste. A opinião pública em geral está distante. E enquanto isso ocorrer o Estado se manterá igualmente distante da sociedade e da legitimidade verdadeira no campo da política internacional.

Em suma, a grande preocupação não é em si em quantas versões a “Rio +20” recebeu. Na verdade, as versões se motivadas pela sociedade e se criadas a partir do debate público que se promove através da opinião pública são muito válidas e tem mesmo que ocorrer. O problema real se fundamenta em qual versão é impressa pela mídia e, principalmente, qual versão é apresentada e como é transmitida. Esta é a versão que deve preocupar os olhares dos mais críticos e envolvidos no assunto. Esta é a versão para a qual são direcionadas ferrenhas condenações, esta é aquela responsável (em larga medida) por distanciar a opinião pública dos assuntos de política internacional e gerar legitimidade de forma automática com horários e prazos a ser cumpridos. A Rio + 20 foi uma promoção de interesses políticos, mas que não podem continuar sendo unilaterais.